



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**DIÁLOGO COM A EXPERIÊNCIA CUBANA: TRABALHO SOCIAL E
TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA**

Luana Alexandre Duarte¹

Resumo: O artigo em questão busca estabelecer um diálogo com a experiência cubana, no que tange ao Trabalho Social e ao Trabalho Social com Família, buscando compreender o que motiva o desenvolvimento do Trabalho Social e Trabalho Social com Família em um país com orientação política e econômica socialista, partindo da compreensão que se tem da realização desse trabalho em sociedades capitalistas, que demonstra tanto um viés conservador, quanto de Estado Mínimo.

Palavras-chave: Cuba; Trabalho Social; Trabalho Social com Família.

**DIALOGUE WITH THE CUBAN EXPERIENCE: SOCIAL WORK AND SOCIAL
WORK WITH FAMILY**

Abstract: The article in question seeks to establish a dialogue with the Cuban experience regarding Social Work and Social Work with Family, seeking to understand what motivates the development of Social Work and Social Work with Family in a country with socialist political and economic orientation, starting from the understanding of the realization of this work in capitalist societies, which demonstrates both a conservative bias and a Minimal State.

Keywords: Cuba; Social Work; Social Work with Families.

Introdução

Este artigo representa uma tentativa de aproximação do trabalho social realizado em Cuba, mais especificamente, do trabalho social com família, buscando compreender quais são os fundamentos teóricos, éticos e políticos deste trabalho, uma vez que se considera que todo trabalho com famílias tende a ser conservador, partindo da experiência capitalista, e que, no caso cubano, prevalece a estruturação de uma sociedade de orientação política socialista, que a autora presume mais libertária, considerando liberdade nos termos de Marx, ao contextualizar a emancipação humana, na obra A Questão Judaica.

Nesse sentido, buscará compreender o que, quem, por que se gera a necessidade do trabalho social com famílias em Cuba, se é que é uma necessidade, se esse é um recurso

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <luana_unesp@yahoo.com.br>.

metodológico comumente utilizado ou não, e para que fim tem sido demandado ou utilizado, considerando as particularidades e os percalços do país, uma sociedade “[...] que ousou desencadear transformações estruturais dentro das condições históricas possíveis estabelecidas no início dos anos 1960” (SIQUEIRA, 2015, p.144). Sem reflexões idealizadoras, taxativas, conclusivas ou apartadas da realidade social do país, mas sim de cunho especulativo e exploratório, nos limites de uma pesquisa realizada por uma pesquisadora brasileira e sem o contato efetivo com a realidade cubana, seja o contato com cubanos ou a vivência no país.

O interesse pelo trabalho social com famílias em Cuba se deu em decorrência da autora estar desenvolvendo uma pesquisa de mestrado acadêmico sobre o tema trabalho social com famílias no âmbito da Política de Assistência Social brasileira, considerando que no Brasil o trabalho social com famílias é um recurso metodológico previsto nos marcos regulatórios e operacionais de tal política pública.

Entende-se que o trabalho social com famílias, mesmo que considere o consentimento da família, não deixa de ser uma estratégia governamental de controle, ajuste e de responsabilização das famílias, que quando é requisitada pelo judiciário, pode ocorrer com ou sem o consentimento da família. Não se nega aqui a importância de trabalhos sociais, a disponibilização de espaços e serviços que atendam a demandas familiares, especialmente em tempos de desigualdade social acentuada, mas sim, a adoção da perspectiva de centralidade da família nas políticas sociais e a decorrente responsabilização da família pelas situações vivenciadas.

Desenvolvimento

Iniciamos então com uma breve caracterização da sociedade socialista cubana. De antemão é necessário ressaltar que apesar das conquistas da revolução cubana, vide os avanços no campo da medicina, na erradicação do analfabetismo, conquistas estas conhecidas e reconhecidas mundialmente, entre outras, e de Cuba ser a única experiência socialista no continente americano, o país encontra-se inserido em um cenário mundial dominado pelo sistema econômico capitalista, e como não poderia deixar de ser, é interpelado por este cenário. Aí os desafios de seu pleno desenvolvimento, de sua transição socialista, da obtenção de apoio internacional e de tamanha resistência. De acordo com os autores Silva e Carmo,

[...] Cuba não é e nunca foi um país comunista, embora tenha iniciado certo tipo de transição socialista que com certeza atentou contra o capitalismo (e isso, por si, já

significou muito). O bloco socialista liderado pela ex-União Soviética, como sociedade pós-capitalista (Mészáros, 12/2/2002), não afetou e não poderia afetar a reprodução ampliada do capital e, portanto, não atingiu o comunismo (como estágio mais avançado do socialismo). A sociedade comunista não se objetivou até os dias atuais porque seu processo revolucionário exige amadurecimento (não espontâneo, portanto marcado pela luta de classes) das contradições internas do próprio capitalismo, uma construção sócio-histórica que carece de uma transição socialista e de uma revolução em escala mundial como havia alertado Marx. Exatamente por isso que Cuba e toda transição socialista se inserem em um cenário de rupturas com continuidades, acertos e erros, decisões historicamente possíveis, necessárias, não isoladas e limitadas por impasses objetivamente dados e mundialmente determinados (2015, p.147).

Aqui pontuamos então, que apesar dos reconhecidos avanços da sociedade cubana, não se é possível falar em emancipação humana, em humano genérico em si, ainda que haja o avanço da emancipação social e de uma sociedade que preza pelo interesse coletivo.

É necessário considerar ainda, a crise e as dificuldades enfrentadas pelo país com a queda da União Soviética e a desigualdade social decorrente. De acordo com o autor Silva, dentre as estratégias para o enfreamento das desigualdades foi-se estimulado o turismo, “responsável por uma massa significativa de ingressos financeiros em Cuba a partir dos anos 2000”, e estratégias relacionadas à expansão do Trabalho Social (SILVA, CARMO, 2015, p.150). Ainda acerca da crise, pontua-se, que,

[...] As dificuldades internas da Ilha, algumas delas resultado direto das investidas do capital transnacional e do embargo econômico dos Estados Unidos que dura mais cinquenta anos, se colocam como desafios a serem enfrentados pela sociedade cubana, tendo presente que a crise estrutural do capital atinge outras áreas do planeta de forma profunda. A atual sociabilidade do capital produz, com isso, a depreciação brutal de direitos, a precarização e a intensificação do trabalho, a redução do trabalho vivo e o aumento do desemprego, o aprofundamento de um padrão de acumulação mundial que avilta a vida genuinamente humana, destrói os recursos naturais, põe em xeque a vida no planeta, a própria espécie humana (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 1999, 2000; CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2003, 2011) (SILVA; CARMO, 2015, p.152).

Para os autores Mastrapa e Quintana, “Como resultado de las transformaciones ocurridas a partir de 1993, la economía cubana ha experimentado cambios radicales [...]” (2016 p. 59). Complementa-se, segundo os mesmos autores, que as novas políticas implementadas pelo governo cubano apontam para um modelo econômico misto, com crescente participação do mercado como regulador e do Estado como garantidor dos interesses da sociedade. As políticas sociais adquirem então extrema importância, tornam-se decisivas para o desenvolvimento e bem estar propostos (2016, p.59).

Acerca da expansão do Trabalho Social citada acima, destaca-se que se fez referência ao trabalho em si, mas também a uma profissão, *Trabajo Social*, que pode ser aproximada ao que no Brasil denomina-se Serviço Social. Tal profissão, presente no país antes e depois

revolução, adquiriu novo sentido no pós-revolução (SILVA; CARMO, 2015) e nessa perspectiva é importante demarcar diferenças também relacionada ao Serviço Social brasileiro, que surge em um contexto específico da sociabilidade capitalista. Em Cuba, os termos Trabalho Social e trabalhador social tiveram um sentido próximo da realidade e do mundo capitalista até 1959, “de uma profissão com demandas socialmente geradas e expressas na divisão social do trabalho do mundo capitalista (IAMAMOTO, 1994, 2007)” (SILVA; CARMO, 2015, p. 148). Com triunfo da revolução e seu aprofundamento, o Trabalho Social assumiu um caráter amplo, de militância geral, e mais recentemente, um sentido de tarefa social, de luta contra situações de opressão, de defesa revolucionária pela melhoria das condições de vida dos cubanos e compromisso social com a revolução em outros territórios do planeta (SILVA; CARMO, 2015, p.184).

Contudo, o trabalho social, que como veremos, já iniciou um processo de autocrítica com o surgimento e o desenvolvimento do “Programa de Trabajadores Sociales Emergentes” e dos projetos de atenção grupos vulneráveis, em decorrência da crise enfrentada pelo país, evidenciou, de acordo com as autoras Voghon e Farias (2016, p. 232), “[...] una posición asistencialista que tenía sus raíces en la práctica anterior, pero que se radicalizo de 1999 al 2005”.

Mais especificamente, acerca do surgimento e do desenrolar da profissão, de acordo com Voghon e Farias (2016, p. 225-226), o Trabalho Social cubano responde a necessidade de uma determinada modalidade profissional, cujos profissionais cumprissem os objetivos de intervenção social decorrentes da institucionalização das políticas sociais ao lidar com a questão social, mediante o desenvolvimento de mecanismos de controle e integração social, para garantir processos de ordenamento coletivo. Nesse sentido, a forma e as diversas expressões que assume o desempenho profissional dos trabalhadores sociais se encontram intimamente relacionadas com as concepções de política social que opera em cada contexto, e com a concepção ética e ideológica que a sustenta. As autoras ressaltam também que as políticas sociais implementadas pelo Governo para atenuar e resolver o conjunto de problemáticas e urgências que emergem como resultado da complexidade de diversos processos de índole institucional, cultural, socioeconômica e política, são um campo privilegiado para entender a relação Estado-família-sociedade.

Adiante, segue-se com uma reflexão que buscará compreender a origem das políticas sociais e do sistema de seguridade social em Cuba para posteriormente adentrarmos a reflexão

sobre trabalho social com famílias com mais recursos. De acordo com os autores Guilarte et al. (2016, p. 84) as transformações ocorridas de 1959 em Cuba se centraram em dar respostas aos males sociais denunciados por Fidel, em sua defesa, em “La historia me absolverá”. Fidel se referia ao âmbito do social nas seguintes perspectivas: emprego, saúde, educação, moradia, alimentação e incluiu a crítica ao sistema de seguridade social operante na época.

Segundo o autor Guilarte et al. (2016, p.84), a primeira lei de seguro social na Ilha foi ditada em 1913 e contemplava benefícios para os militares; posteriormente e até 1920, foram se decretando regimes de proteção para empregados da comunicação, funcionários do poder judiciário, empregados da administração pública, mestres/professores e policiais. Na década dos anos 20 se criou a aposentadoria ferroviária e marítima. Entre 1940 e 1958 se criaram trinta e oito instituições de seguro social. “La seguridade social de aquel entonces era sectorial y no abarcaba a todos los trabajadores y trabajadoras. Em Cuba, al igual que en resto de América Latina, se fueron implantando, desde los inicios del siglo XX, los distintos sistemas de seguros” (GUILARTE et al., 2016, p.84).

Ao triunfar da Revolução, em janeiro de 1959, funcionavam cinquenta e duas instituições de seguro social denominadas caixas, fundos, caixas de aposentadoria ou seguro. Contudo, ainda que houvesse várias instituições de seguro, não se cobria 50% dos trabalhadores assalariados. Não existia seguro para enfermidades e se praticava o roubo, o burocratismo, a lentidão no atendimento às carências e necessidades dos associados e o fundo de aposentadorias tinha fins ilícitos (GUILARTE et al., 2016, p. 85-85).

Com o triunfo da Revolução e o início das transformações revolucionárias no país, as políticas públicas e sociais propiciaram mudanças substanciais na educação, cultura, saúde, moradia, emprego e condições de vida da população e a política de emprego se constituiu a base da seguridade social e da assistência social (GUILARTE et al., 2016, p.85).

Em março de 1963 foi promulgada a Lei 1100 da Seguridade Social. Seu conteúdo levou em conta as propostas realizadas pelos trabalhadores e assegurou a eles e a seus familiares o amparo social frente a contingências como enfermidades, maternidade, acidente de trabalho e enfermidade profissional, velhice e morte (GUILARTE et al., 2016, p.87). O Sistema de Seguridade Social em Cuba, posterior a crise dos anos 1990, vem tendo alguns ajustes, mas continua sendo responsabilidade do Estado (GUILARTE et al., 2016, p.93). A luta pelo pleno emprego tem sido o núcleo central da seguridade social em Cuba. Na conjuntura atual, se mantem a universalidade das políticas sociais, mas com maior racionalidade, mantendo o

princípio de subsidiar pessoas e não produtos. Fundamentalmente, trata-se de fazer uma política diferenciada para ajudar aos mais necessitados e para que não fique nenhuma pessoa desamparada (GUILARTE et al., 2016, p.97).

A partir dessa breve contextualização, volta-se então para o objeto de estudo desse artigo, o trabalho social com famílias. De acordo com a autora Mioto, autora brasileira de referência na discussão sobre trabalho social com famílias,

A partir dos anos 1970, nos países de capitalismo central, e dos anos 1990, nos países latino-americanos, os estudos empreendidos quanto à posição da família na política social têm aberto um campo de indagações bastante amplo no que se refere à clássica cisão entre o mundo da produção e o da reprodução (MIOTO, 2015, p. 699).

Ressalta-se aqui, que é nos anos de 1970 que os princípios do Keynesianismo, também conhecido como “Estado de Bem-estar Social”, começam a ser combatidos e há o avanço do ideário neoliberal a nível mundial, e os impactos nas políticas sociais, no que se refere ao encolhimento do Estado e a crescente responsabilização dos indivíduos e famílias por sua reprodução social, serão também visíveis a nível mundial. Nesse sentido, complementamos de acordo com a autora Mioto que a discussão no âmbito das políticas sociais, tem-se encaminhado a partir de duas perspectivas. Uma com centralidade na família, defendendo e apostando na capacidade de cuidado e proteção das famílias e outra que acredita que a capacidade de cuidado e proteção das famílias está diretamente relacionada ao cuidado e proteção garantidos pelo Estado, através de políticas públicas (MIOTO, 2003, p.).

Observa-se assim, nas sociedades capitalistas, que o ideal de Estado de Bem-estar Social transita para o Pluralismo de Bem-estar Social, que se caracteriza pela “[...] ação compartilhada do Estado, do mercado (incluindo as empresas) e da sociedade (organizações voluntárias, sem fins lucrativos, a família ou rede de parentesco) na provisão de bens e serviços que atendam as necessidades humanas básicas” (PEREIRA, 2009, p. 199). Cabe ressaltar ainda, segundo Viana que,

Há forte acento na *família*, como componente central do setor informal e, portanto, como a principal educadora e prestadora de atenções, serviços e políticas de bem-estar, e um agente social da maior importância para assumir a função de esfera substituta do Estado, no desenvolvimento de redes de apoio, segurança e proteção social. Nesse sentido, a família é vista como elemento crucial nas mudanças estratégicas e na transição de um Estado intervencionista para um Estado minimalista (VIANA, 2007, p. 115).

Esta análise também está presente na reflexão do Trabalho Social cubano e, de acordo com a análise das autoras Voghon e Farias, a atualidade do debate no campo das políticas

sociais, especificamente para as sociedades latinoamericanas, enfrenta desafios, pois ao mesmo tempo que essas políticas são instrumentos para reduzir/amenizar o conflito social, elas também expressam contradições dos sistemas sociais em sua totalidade. Nessa perspectiva, um desafio fundamental é a crescente familiarização do bem estar que tem acompanhado as transformações promovidas pelo ajuste neoliberal das políticas dos anos 1980, e que se resume em desestatização, descentralização e focalização (2016, p.226).

En el caso cubano, las condiciones actuales del desarrollo marcan retos semejantes, movidos por intereses opuestos a los que motivaron el ajuste en la región, pero igualmente centrado en una descarga de las responsabilidades estatales, y en una tendencia similar a la familiarización del régimen de bienestar social vivenciada por el continente durante los años noventa del pasado siglo (PCC, 2011, p.14-25, lineamientos 40, 42 y 166) (VOGHON; FARIAS, 2016, p.227).

Nesta perspectiva, as autoras apontam que partir de 2010, depois de submetida a consulta popular, é lançada pelo governo cubano uma proposta de reformas conhecida como os “Lineamientos de Política Económica y Social”, que levou a mudanças significativas na relação Estado-sociedade-sujeitos coletivos/famílias (VOGHON, FARIAS, 2016, p.228).

Assim, no campo da política social, destaca-se para esta reflexão o seguinte fragmento dos “Lineamientos de Política Económica y Social”,

Dar continuidad al perfeccionamiento de la educación, la salud, la cultura y el deporte, para lo cual resulta imprescindible reducir o eliminar gastos excesivos en la esfera social, así como generar nuevas fuentes de ingreso y evaluar todas las actividades que puedan pasar del sector presupuestado al sistema empresarial (PCC, 2017, p.21).

Aqui é possível observar o modelo econômico misto (Mercado e Estado) adotado pelo Governo cubano no enfrentamento à crise, conforme já foi citado anteriormente. É necessário aqui enfatizar o período crítico, de crise que país vem enfrentando desde os anos 1990, pois nem sempre foi assim. Durante mais de cinquenta anos de transcorrido o processo revolucionário, as políticas sociais estiveram centradas em mecanismos para a superação da desigualdade, com o objetivo de ampliação do direito e da cidadania de modo universal, que permitiram transformar as condições socioeconômicas e culturais de estratos e grupos sociais a nível estrutural (VOGHON; FARIAS, 2016, p. 230).

Dentro de esta vocación ha tenido un peso esencial la centralidade ortogada al Estado y sus instituciones, así como la existencia de un enfoque de políticas sociales de carácter socialista basado en la planificación, en la prevención de las necesidades y en favorecer que la estructura social pueda ser cambiada para mejorar las oportunidades de bienestar para los individuos (HERRERA; GASTÓN, 2003 apud VOGHON; FARIAS, 2016, p.230).

O contexto de crise fez emergir uma transformação nas relações Estado-família em Cuba, que implicou em uma maior autonomia e responsabilização do grupo familiar, já que não se pode mais contar com todo o apoio que o governo proporcionava. De modo geral, atualmente se opera um sistema de políticas sociais universais em que todos os cidadãos cubanos recebem benefícios, ainda que não existam políticas sociais de promoção familiar ou comunitária que consigam sustentar sistemas de bem-estar virtuosos (VOGHON; FARIAS, 2016, p. 230-231). Sendo assim, “[...] el dilema fundamental de esa tendencia de familiarización de la política social está relacionado con la inexistencia de una infraestructura adecuada a nivel institucional que sostenga de manera efectiva esa sobrecarga en las responsabilidades familiares [...]”, “[...] ello sin contar que esa tendencia hacia la familiarización de las políticas sociales favorece el reforzamiento de la desigual distribución de roles, con mayores costos y retrocesos en las metas sociales alcanzadas para las mujeres cubanas” (VOGHON; FARIAS, 2016, p.231).

Para as autoras Voghon e Farias, um desafio eminente que a política social enfrenta hoje para lidar com os desafios assinalados é o de reformular a posição do Trabalho Social com família atentando-se à intensificação das responsabilidades familiares no atual cenário, o que também deve ser preocupação dos profissionais do Trabalho Social. E nessa perspectiva as autoras ressaltam que é importante indagar qual perspectiva sobre família constroem os trabalhadores sociais e quais as condições e desafios do trabalho social com família no país (2016, p.227-228). Complementa-se ainda, com a preocupação em relação à retração do Estado e da formulação de um posicionamento do Trabalho Social, apontada também pelas autoras, “La inexistencia de una proyección claramente definida de cual sería la posición del Trabajo Social ante la situación de retracción de la oferta estatal de algunas garantías es un asunto pendiente” (2016, p.232).

Traçando um paralelo com a realidade brasileira, a autora Mito, aponta que o Serviço Social brasileiro relegou a segundo plano e por muito tempo o debate sobre trabalho social com famílias, mesmo com a incorporação da família como referência na política social brasileira (2010, p.163). Para a autora,

A secundarização desses temas - família e trabalho com famílias - tem sido atribuída, por um lado, às exigências teórico-metodológicas impostas para a consolidação da profissão nos marcos da teoria social crítica e, por outro, pela pecha de conservadorismo que marcaram essas temáticas no pós reconceituação. Por isso, impõe-se nesse momento o grande desafio de demarcar tanto o foco de estudo sobre família que interessa ao campo do Serviço Social – enquanto profissão e área de conhecimento –, como a construção do debate em torno do trabalho com famílias ancorado nas premissas teórico-metodológicas da teoria social crítica (MIOTO, 2010, p.163).

O autor Silva (2016, p. 147 - 148) destaca que o processo de reconceituação latino-americano da profissão, que reatualizou o conservadorismo no Serviço Social brasileiro, possibilitou, ao mesmo tempo, caminhos para reforçar tendências de “intenção de ruptura” com o passado profissional e críticas mais incisivas à ordem societária. Este cenário propiciou uma produção teórica densa, crítica, avessa ao capital, mas que tem produzido também, “[...] o seu oposto: a subserviência à ordem em curso ou, ainda, perspectivas heterogêneas que investem suas forças na possibilidade de um serviço social que reforce alterações e reformas dentro da ordem no campo da pura gestão de conflitos sociais”.

Há assim, em curso, segundo Silva (2016, p.148-149) um Serviço Social com tendências a reafirmar três perspectivas, que expressam movimentos ora de aproximação, ora de distanciamento, e que também são perceptíveis nas análises do Serviço Social acerca do trabalho social com famílias, especialmente no âmbito de operacionalização do trabalho, a saber: 1- “o reforço à subserviência e a gestão sistêmica da ordem do capital e de suas contradições no amplo campo definido como ‘social’”; 2- “A ênfase na sua reforma, mais ou menos intensa, com o objetivo de afirmar e defender direitos, atuando em suas contradições com enfoque centrado predominantemente no campo da emancipação política defendida nos microespaços”; 3- O adensamento teórico-prático enfatizando a necessidade de ruptura com o capitalismo, com ênfase em determinada crítica à economia política comprometida com a superação do pauperismo e a construção de níveis reais e crescentes de emancipação política. “Não se nega, aqui, a defesa de direitos, mas a baliza a partir do horizonte da emancipação humana” (SILVA, 2016, p.148- 149).

Cabe, por fim, uma última observação acerca da ênfase na emancipação política, bastante presente no Serviço Social brasileiro, de acordo com Silva (2013, p.195), em países como o Brasil, a própria emancipação política é precária, com ações que muitas vezes são pontuais, focais e minimalistas, o problema então se agrava quando se acredita que o aprofundamento da cidadania, para países latino-americanos que fizeram sua revolução burguesa pela via hipertardia e colonial, desembocará, automaticamente, na emancipação humana.

Considerações Finais

A aproximação da realidade social cubana, bem como do Trabalho Social e do Trabalho Social com Família, permite verificar que mesmo diante uma realidade social bastante diferente

da brasileira e de outros países latino-americanos, existem tendências comuns entre esses países e Cuba, como pudemos verificar na tendência ao estabelecimento de políticas sociais centradas na família, ou no movimento de retração do Estado, pós 1990. Contudo, reforça-se aqui, conforme também foi feito ao longo do texto, que as motivações cubanas relacionadas às mudanças nas políticas sociais, presentes nos “*Lineamientos*”, ainda que também relacionadas a um momento de crise, diferem-se da dos países capitalistas, de orientação neoliberal.

Outra diferença importante a ser demarcada, é que em Cuba prevalecem políticas sociais universais, ainda que estas não alcancem um “bem-estar social virtuoso”, e voltadas ao atendimento de interesses coletivos.

Quanto ao Trabalho Social com Família, não se pode negar que por melhor que este seja desenvolvido, pensado, mantém um cunho conservador e como também foi mencionado ao longo do texto, traz retrocessos sociais no caso cubano, que avançou bastante nas questões igualdade de gênero pós-revolução, uma vez que este tende a incidir e a responsabilizar as mulheres.

Verifica-se por fim, tanto no que diz respeito à retração do Estado no campo das políticas sociais, como no trabalho social com famílias, que já existem apontamentos críticos advindos do Trabalho Social em Cuba. Quanto aos princípios éticos do trabalho social com famílias desenvolvido, não foi possível a aproximação ao assunto em si, uma vez que este não era o foco das referências utilizadas para a reflexão proposta neste artigo, mas não se pode deixar de considerar, nesta perspectiva, os princípios de igualdade de gênero e de prevalência dos interesses coletivos, e a perspectiva ética neles contida, ressaltados ao longo deste artigo e relacionados também a temática. Já em relação ao posicionamento político, acredita-se, a partir das referências utilizadas, que prevalece a noção de que o Estado deveria se responsabilizar pelo provimento daquilo que hoje está sendo requisitado às famílias e de que é necessário, ou seja, está pendente, um posicionamento da categoria dos trabalhadores sociais a esse respeito.

Referências

GUILARTE, Euclides Catá et al. Estado y seguridad social en Cuba. In: SILVA, José Fernando Siqueira da. GUTIÉRREZ, Teresa del Pilar Muñoz (orgs). **Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Veras, 2016.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

MASTRAPA, Ernel González. QUINTANA, Osnaide Izquierda. Cuba: modelo de desarrollo e inserción en el mercado internacional. Antecedentes, desafíos y oportunidades en el actual escenario de mundialización del capital. In: SILVA, José Fernando Siqueira da. GUTIÉRREZ, Teresa del Pilar Muñoz (orgs). **Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Veras, 2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate**. Palestra proferida no Ministério da Assistência Social. Brasília (ES), nov. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3756/1820>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

_____. Política Social e Trabalho Familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, p.699-720, 2015.

_____. Família, Trabalho com Famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.12, n. 2, p.163-176, 2010.

PCC. **Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución para el período de 2016-2021**. La Habana, 2017. Disponível em: <<http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Lineamientos%202016-2021%20Versi%C3%B3n%20Final.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. CARMO, Onilda Alves do. Notas sobre o Trabalho Social cubano. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 121, p. 143- 162, 2015.

SILVA, José Fernando Siqueira. Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate. In: SILVA, José Fernando Siqueira da; GUTIÉRREZ, Teresa del Pilar Muñoz (Orgs). **Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Veras, 2016.

VIANA, Maria José de Faria. **Assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar prevalência da proteção plural ou mista, porém não pública**. 2007. 358 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VOGHON, Rosa María; FARÍAS, Ángela Peña. Trabajadores sociales que piensan su práctica. Trabajo Social con familias ante el ajuste de la política social cubana actual. In: SILVA, José Fernando Siqueira da. GUTIÉRREZ, Teresa del Pilar Muñoz (Orgs.). **Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Veras, 2016.